

direito civil

① Bem de família: direito fundamental à moradia, garantia de moradia que se dará através da impenhorabilidade.

espécies

- bem de família voluntário: vários bens que o proprietário escolhe p/ ser o bem de família.
- bem de família legal: Único imóvel residencial e este fica a salvo da penhora.

- ↳ critérios p/ escolher o bem em caso de bem de família voluntário:
 - o bem deve representar até $\frac{1}{3}$ do patrimônio líquido
 - feito por testamento ou escritura pública
 - p/ que a cláusula da impenhorabilidade tenha validade é necessário que seja feito registro no Cartório de Registro de Imóveis.
 - coloca a salvo o bem escolhido em relação a dívidas posteriores a instituir o bem de família, salvo dívidas de impostos provenientes do próprio imóvel e condomínio.

↳ bem de família legal: lei 8.009/90

art. 3º → situações passíveis de penhora

↳ inciso III: pode aparecer também no processo civil e quando se tratar de um bem indivisível o equivalente ao coproprietário alheio à execução recairá sobre o produto da alienação do bem.

↳ inciso IV: impostos e afins

importante → o que define o imóvel é a matrícula, ou seja, 1 matrícula = 1 imóvel, no caso de apartamento ou outro imóvel que possuir 1 matrícula p/ o apartamento e outra p/ a garagem, o STJ entende que a garagem NÃO é impenhorável.

↳ imóvel que está alugado p/ terceiros e com o aluguel eu cubro minhas despesas morando em imóvel menor, o bem alugado segue sendo impenhorável.

↳ o bem de pessoas solteiras, separadas e viúvas também é bem de família.

↳ é possível que o bem seja penhorado quando o

dívida exequenda for decorrente de contrato de compra e venda ou de promessa de compra e venda do próprio imóvel.

↳ obrigações propter rem: acompanham o bem. o adquirente assume as despesas do imóvel

↳ apenas o terreno pode ser considerado bem de família se a construção tiver essa finalidade.

② **Prescrição e decadência**: situações de transcurso de tempo que gera uma perda.

prescrição → **tenho** **tenho** **direitos**

↳ violação de direito

↳ a partir da violação nasce uma pretensão e esta pretensão tenho que exercer nos prazos dos artigos 205 e 206 do CC.

↳ causas suspensivas: prazos que começam contar depois

ex: fixação de alimentos quando tinha 7 anos, com 10 anos o pai se tornou inadimplente, com 17 anos eu ainda posso cobrar porque o prazo começa a contar apenas quando eu completar 18 anos, ou seja, eu posso cobrar os alimentos dos 7 anos que meu pai não pagou.

decadência → existe a prática de um ato/negócio por uma parte ou terceiro

↳ nasce pl parte um direito

↳ deve ser exercido prazo que a lei fixar

* **anulação**

↳ quando o prazo não estiver previsto, ele é de 2 anos

③ **Direito de família**: Regime de bens

↳ consequência patrimonial

- **regime de bens** → **legais** { **dispositivo**: comunhão parcial de bens

obrigatório: separação obrigatória de bens

↳ não é separação absoluta

- **regime de bens** → **convencional** → **separação convencional** (exige pacto

CADerno INTELIGENTE nupcial)

▷ **comunhão universal**: tudo se comunica entre o casal

▷ **participação final nos aquestos**: aquestos só se comunicam ao final do casamento

* **pacto**: tem que ser feito por escritura pública no tabelionato de notas, antes da celebração do casamento, registro no cartório de R. de imóveis pl que tenham efeitos pl terceiros.

Se não houver pacto, o regime que irá vigorar é a comunhão parcial de bens.

↳ **Se o pacto não for feito por escritura pública é nulo.**

- **mutabilidade do regime de bens**: é possível alterar o regime de bens sempre que houver consenso, que for feito pedido judicial e que houver uma motivação relevante.

* **art. 734 CPC**: procedimento pl aquisição

art. 1639 CC, § 1º: requisitos

- **autorga conjugal**: art. 1647 CC → nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime de separação absoluta:

I- alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis:

↳ **disposições especiais**: **comunhão parcial de bens** → esse regime vai determinar que sejam comunicadas os bens adquiridos de forma onerosa durante o casamento a **união estável**.

sempre que o casal não escolher outro regime de bens

↳ os bens excluídos da comunhão são considerados particulares, ou seja, de acordo com o **art. 1669 CC** são bens incommunicáveis.

↳ de acordo com o **art. 1660**, bens que entram na comunhão são bens comunicáveis.

inciso II: fato eventual é aquele que não acontece com frequência, é um evento mesmo.

Ex: ganhar na loteria

* **tese 613**: edição 113

↳ as verbas de natureza trabalhista nascidas e pleiteadas na constância da união estável ou do casamento celebrado sob o regime

de comunhão parcial ou universal de bens integram o patrimônio comum do casal e, portanto, devem ser objeto de partilha no momento da separação.

4- valores de FGTS recebidos durante o casamento são partilháveis.

- **comunhão universal:** regime em que tudo se comunica, todos os bens são comuns

④ **Sucessões:** tudo que se trata de sucessões ocorre após a morte.

▶ não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Qualquer disposição antes do óbito é NULA.

▶ existem circunstâncias em que não é possível definir o momento da morte, neste caso, não se tem o corpo e trata-se de morte presumida.

morte presumida {
- **com decretação de ausência:** o ausente é aquele que desaparece sem deixar responsáveis por seu patrimônio.
- **sem decretação de ausência:** o juiz comprova quando for extremamente provável e eminente risco de vida e desaparecimento em guerra sem aparecer em 2 anos.

↳ no momento em que é declarada a ausência, é necessário fazer a arrecadação dos bens do ausente.

↳ **abertura da sucessão provisória:** ainda não tenho óbito, porém os herdeiros podem entrar na posse e que abra o eventual testamento, inclusive o juiz pode exigir garantia de que os herdeiros devolverão o patrimônio caso o ausente regresse.

↳ após **10 anos** da abertura da sucessão provisória é que se pode pedir a abertura da **sucessão definitiva.**

evento morte

▶ **capacidade sucessória:**

↳ **sucessão legítima:** decorre da lei

sucessão testamentária: vontade

Para herdar, o herdeiro tem que ter sobrevivido ao autor da herança,

CADERNO INTELIGENTE® ou seja, não há possibilidade que alguém que tenha fa-

lecido antes do autor da herança fique com essa herança, em casos de sucessão legítima pode haver a representação.

os sucessores do herdeiro falecido antes do autor da herança é que vão receber.

↳ pessoa viva ao nascer do autor da sucessão legítima

↳ além do art. 1798 também podem suceder os do art. 1799

▷ Sucessão legítima:

↳ descendentes

- herdeiros necessários: art. 1845 → ascendentes e cônjuge

- herdeiros facultativos: art. 1860 → colaterais

▷ Sucessão testamentária:

- herdeiros instituídos: é o que recebe a herança toda ou percentual

- herdeiros legatários: é aquele que recebe um bem certo, descrito e caracterizado.

liberdade de dispor

- plena: facultativos → 100% da herança

- restrita: necessários → 50% da herança

↳ os outros 50% pertence aos herdeiros necessários

* Se no momento em que o testamento é feito ele não tem ou ele não sabe que tem herdeiros necessários e eles aparecem depois é caso de rompimento do testamento.

Seja a sucessão legítima ou testamentária ele não é obrigado a aceitar, o herdeiro pode aceitar e confirmar a transmissão ou pode renunciar.

↳ a renúncia a herança estabelece e determina que a parte do herdeiro renunciante acresça aos herdeiros de mesma classe.

ex: João tem 3 filhos: A, B e C

↳ C tem os filhos Ana e Afonso

▷ Se o João faleceu e C renuncia a herança, acresce na parte de A e B, cada um recebe a metade do total que seria de C.

▷ Se no mesmo caso, C for excluído da sucessão mediante sentença, a parte que seria de C passará aos seus filhos Ana e

___/___/___
Afonso por representação.

↳ **indignidade** decorre da lei; art. 1814

↳ **deserdação** depende da vontade do autor da herança, que tem em testamento indicar a causa da deserdação dos herdeiros necessários. per

↳ **E se alguém morre e não deixa herdeiro?**

Neste caso, de acordo com o art. 1819, caso não haja herdeiros trata-se de herança vacante.

- o CPC indica que devem ser publicados editais pelo prazo de 3 meses, 6 meses p/ habilitação de um herdeiro e se passado 1 ano não tiver sido apresentado nenhum herdeiro a herança será declarada vacante.

excluídos os colaterais

⑤ **Direito das coisas: posse ou propriedade**

↳ **art. 1196 CC:** a posse é o exercício físico, o exercício fático de um dos poderes inerentes à propriedade.

- | | | |
|------------------|---|---------------------|
| - gozar ou fruir | { | |
| - usar | | age como se fosse |
| - dispor | | proprietário embora |
| - reaver | | não seja |

≠ **posse e detenção**

↳ art. 1198; **Ex:** fui viajar e paguei alguém p/ ficar cuidando do meu sítio e dos meus animais.

↳ age em meu nome, por isso é detentor

- **possuidor de boa-fé:** é aquele que não sabe que existe alguma coisa que impeça ele de adquirir a coisa p/ si.

- **possuidor de má-fé:** é aquele que sabe que existe algum obstáculo, algum obstáculo que o impeça de adquirir tal coisa e mesmo assim adquire.